



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

**CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51

A trigésima sexta reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no Espaço Verde da FEPAM, rua Carlos Chagas, número cinquenta e cinco, décimo primeiro andar, Porto Alegre-RS, com início às quatorze horas e trinta minutos, do dia seis de novembro do ano de dois mil e seis. **Compareceram** os seguintes Conselheiros: Tânia Maria Molina Zoppas, do Comitê Caí (suplente); Luiz Fernando Cybis (titular), do Comitê Lago Guaíba; Daniel Schmitz (suplente), do Comitê Taquari-Antas; Tarso Isaia, IBAMA, representando o Sistema Nacional de Meio Ambiente; Valery Pugatch, Secretária da Agricultura; Salzano Barreto de Oliveira, Secretária da Saúde; Lucia Vargas Guimarães, da Secretária da Ciência e Tecnologia; Juarez da Silva Sartori, Casa Civil; João Francisco Giuliani (titular), Comitê Santa Maria; e Zuleica S. dos Santos (suplente), Comitê Ijuí. **Ausentes:** Paulo Blessmann, Secretária de Energia, Minas e Comunicações; Alberto Bassani, Secretária dos Transportes; Marta Herminia Dias, da Secretária de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais; Margareth Vasata M. Silva, Secretária da Coordenação e Planejamento; Gilberto Lessa, Comitê Tramandaí e João Izidoro Viegas Comitê Camaquã; Lenison Maroso, Comitê Apuaê-Inhandava. **Ausência Justificada:** Márley Caetano de Mendonça, do Sistema Nacional de Recursos Hídricos; Mariângela Laydner, SOPS; Cléria Meller, Comitê Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo, justificando que sua ausência é devido não ter recebido o recurso para manutenção do Comitê. **Demais participantes:** Rogério Dewes, Diretor do Departamento de Recursos Hídricos/SEMA; Paulo Paim, Secretário Executivo do CRH/RS; Maria Salete Cobalchini; FEPAM, Everaldo Ferreira, Comitê Taquari-Antas; Roberto Basso, Comitê Ibicuí; Tomaz Galvão de Bem e Rosemari L. Lacorter, do Comitê Ijuí; Ivo Mello e Mariza Beck, Comitê Ibicuí; Sérgio Mussokopf, Secretária da Agricultura; Aroldo Medina e Jorge Alvorcem, Defesa Civil; Viviane Nabinger, Comitê Sinos; Sidnei G. Agra e Henrique B. Kotzen, ECOPLAN; Niro Afonso Pieper, SIGA/SEMA; Julio Vasconcelos, Comitê Santa Maria, Ivo Lessa, Comitê Lago Guaíba; Gerson Ferreira, Comitê Santa Maria; Gilberto Raguzzoni, Prefeitura Santa Maria; Carmem Lucia S. Silva e Vania Oliveira, Secretária Executiva do CRH/RS. O Secretário Executivo do CRH, Paulo Paim, iniciou a reunião ainda justificando a ausência do Secretário Claudio Dilda que estava participando de reunião no Ministério Público e após viajará para Brasília para reunião na Bancada Gaúcha, onde irá solicitar recursos para SEMA. Explicou ainda, que recebeu a informação da representante da SOPS, Mariângela Laydner, está doente e não comparecerá à reunião. Sendo o representante legal do Presidente, Paulo Paim deu andamento à pauta. Item um – Apreciação ata da trigéssima quinta reunião ordinária do CRH. Como não houve pedido de alteração, aprovada. Rogério Dewes solicitou que adiantasse o item orçamento. Item quatro da pauta – orçamento dois mil e sete – Rogério Dewes informou que este ano optou-se por um conjunto de ações e não valores. Propôs que o Conselho decidisse o conjunto de ações a ser financiado e depois ele seja esmiuçado na primeira reunião do próximo Governo. As demandas do DRH – Plano Caí; PERH, Repasse aos Comitês; Convênio CPRM e MONALISA, convênio com UNISINOS todos em andamento ainda em dois mil e sete. Projetos novos, vindos de demandas também do DRH: Arroio Velhaco – origem judicial – cadastramento de todas as tomadas de água; Rede de monitoramento quali-quantitativo das bacias dos rios do Sinos e Gravataí - que surgiu com a mortandade de peixes ocorrida no rio dos Sinos, decisão da Força Tarefa criada pelo Governador; Agência(s) de Região Hidrográfica, já foi decidido o formato e o DRH propõe a criação de pelo menos uma. As bacias dos rios Taquari-Antas(área do saneamento), Gravataí(qualidade da água), Santa Maria(consolidação); Tramandaí e Lago Guaíba (Fase C do Plano de Bacia). Outorga - Direito do uso da água nas bacias dos rios Ibicuí,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

52 Camaquã, Vacacaí, Ijuí, Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo e Apuaê-Inhandava – a idéia é  
53 definir enquadramento e propor diretrizes para outorga para usos da água. O Plano  
54 Diretor da Laguna dos Patos emenda parlamentar do Deputado Mendes Ribeiro, uma  
55 pequena parcela do Estado, mas a grande parte é da União. Estruturação do DRH na  
56 área de planejamento e outorga. A Conselheira Tânia Zoppas perguntou sobre o Plano  
57 de Irrigação tão falado pela futura Governadora Ieda. Rogério Dewes informou que não  
58 conhece. Sérgio Cardoso indagou se não seria prudente colocar já recursos para o Plano  
59 de Irrigação no Orçamento. Rogério disse que até poder-se-ia colocar, mas que na  
60 primeira reunião de 2007, ficaria mais evidente. Modelo matemático quali-quantitativo  
61 para bacias dos rios Gravataí e Sinos, uma necessidade da FEPAM e do DRH. O Prêmio  
62 Gaúcho do Uso Racional da Água – já tinha constado em dois mil e quatro, mas não  
63 evoluiu. Agora vai assumir caráter maior, devido as intenções da Agência Nacional de  
64 Energia Elétrica de vincular o desconto tarifário, tanto indústria como Irrigação ao uso  
65 racional da água. De que forma? Apresentando um atestado que faz o uso racional da  
66 água através normalização. Demandas Externas: Bacia do rio Caí projeto piloto de  
67 educação ambiental encaminhado ao Conselho pela Secretaria da Educação; Sistema  
68 de Informações do SIGA – apresentado brevemente na reunião anterior do CRH; A  
69 questão do Saneamento e Armanejamento das Água Fluviais, projeto da Secretaria da  
70 Agricultura, que foi aprovado para dois mil e seis, mas devido problemas em efetuar o  
71 convênio, deverá permanecer em dois mil e sete. Estas são as ações, não descartando  
72 que poderão surgir outras. O Conselheiro Daniel perguntou quem define as prioridades  
73 internas e externas. Paim disse que quem define são os conselheiros, a partir das  
74 necessidades mais urgentes verificadas pelo DRH. O que está sendo apresentado aqui é  
75 a parte da SEMA. Viviane Nabinger colocou como prioridade interna a estruturação do  
76 DRH, baseada principalmente na crise Sinos e Gravataí onde existem ações paralelas  
77 contrapondo as decisões do CRH, como a Resolução que saiu a partir de acordo interno  
78 do Comitê e foi simplesmente rasgada devido a estas ações. Paim lembrou que e  
79 Resolução não foi rasgada, apenas estivemos sob regime especial a partir do decreto do  
80 Governador sobre a situação. Sérgio Cardoso falou que no ano passado forma  
81 autorizados muitos recursos à SOPS e que essa não fez nada para fortalecer o Sistema  
82 de Recursos Hídricos, além da questão da campanha do Secretário Frederico Antunes.  
83 Não houve nenhuma manifestação. Com relação ao Projeto SIGA, Sergio Cardoso  
84 propôs que os recursos deveriam sair do Fundo de Meio Ambiente e, quanto ao projeto  
85 Água da Chuva achou que deveria ter sido incluído no orçamento da SAA. Justificou  
86 dizendo não tem cabimento que projetos soltos acabem no FRH. Conselheiro Valery  
87 Pugatch perguntou se o Programa Água da Chuva poderia entrar no Plano de Irrigação.  
88 Sérgio Mussokopf informou que há vinculação. O Conselheiro Giuliani manifestou a sua  
89 indignação pela falta dos recursos e também pelas dificuldades que todos tem em com a  
90 CAGE – Contadoria Geral do Estado e, se ela fosse convocada não compareceria para  
91 esclarecer a sistemática adotada. Sobre o Programa Água da Chuva entendeu encaixar-  
92 se bem no problema da falta de chuva que atormenta o Estado. Paim informou que todas  
93 as demandas enviadas ao DRH e à Secretaria Executiva, são trazidas ao CRH para  
94 serem discutidas e relembra que o Conselho criou um grupo para acompanhamento dos  
95 Projetos do FRH. Os Conselheiros entenderam que a aprovação dos projetos deveria  
96 ficar para a próxima reunião. Item três – Resoluções Gravataí e Sinos – Paim explicou  
97 que estas resoluções foram acordadas politicamente por ambos Comitês e que,  
98 pressionado pela realidade, o Presidente Claudio Dilda mesmo relutando, assinou-as.  
99 Sérgio Cardoso salientou que esta Resoluções mais a do Comitê Santa Maria serviram  
100 para reger o Sistema. Viviane Nabinger perguntou qual o valor legal das Resoluções do  
101 CRH? Rogério Dewes aproveitou a pergunta para colocar o Conselho a par do que se  
102 passou no Sinos, porque no Gravataí a situação ainda foi possível administrar dentro do



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

103 Sistema. Lembrou que o Decreto do Governador estabeleceu a situação de emergência  
104 nas duas bacias. A partir desse momento todo o controle das ações ao uso da água e  
105 demais medidas de irrigação e dos demais usos da água, passaram ao comando da  
106 Defesa Civil - Grupo da Força Tarefa e informou que o DRH não poderia mais tomar  
107 nenhuma atitude que não fosse decisão da coordenação da Força Tarefa e convidou o  
108 Major Medina a dar esclarecimentos sobre o assunto. Major Medina disse que a Defesa  
109 Civil integra a estrutura do gabinete do Governador do Estado há trinta e cinco anos. Ela  
110 atua nas emergências, como coordenador dos órgãos estaduais envolvidos, como  
111 facilitadores da comunicação destes órgãos entre si. Como a cada momento surgem  
112 conhecimentos novos em cada um, aí é que entra o papel da Defesa Civil, para fazer que  
113 se encontre uma solução para o problema. Quando o Governador decreta, o Órgão  
114 Público passa a ser integrante da estrutura da Defesa Civil, que tem poder de polícia ao  
115 lado da SEMA e FEPAM. Encerrados os debates, as Resoluções foram aprovadas. Outro  
116 item da pauta. Assuntos Gerais –Sidnei Agra sugeriu que a CEAC – Comissão Executiva  
117 de Acompanhamento e Construção do PERH fosse criada por resolução como foi a  
118 Comissão Executiva de Coordenação do PERH. Aprovado. Nada mais havendo a tratar,  
119 a reunião foi encerrada e eu, Paulo Renato Paim, Secretário Executivo do Conselho de  
120 Recursos Hídricos, lavrei esta ata.